



filologia portuguesa

ESPERANÇA CARDEIRA

Entre o Português Antigo
e o Português Clássico

Imprensa Nacional-Casa da Moeda

filologia portuguesa

colecção dirigida por IVO CASTRO

Volumes publicados:

Celso Cunha
CANCIONEIROS DOS TROVADORES DO MAR
Ed. Elsa Gonçalves

Rita Marquilhas
A FACULDADE DAS LETRAS
LEITURA E ESCRITA EM PORTUGAL NO SÉC. XVII

Ana Maria Martins
DOCUMENTOS PORTUGUESES DO NOROESTE E DA REGIÃO DE LISBOA
DA PRODUÇÃO PRIMITIVA AO SÉCULO XVI

Amaro de Roboredo
METHODO GRAMMATICAL PARA TODAS AS LINGUAS
Ed. de Marina A. Kosarik

Maria Helena Mira Mateus
A FACE EXPOSTA DA LÍNGUA PORTUGUESA

RAZÕES E EMOÇÃO
MISCELÂNEA DE ESTUDOS EM HOMENAGEM A MARIA HELENA MIRA MATEUS
Ivo Castro e Inês Duarte 2 vols.

Isabel Almeida Santos
VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM ESPAÇO RURAL
A VOGAL [Û] NUMA COMUNIDADE DO BAIXO MONDEGO

Paul Teyssier
A LÍNGUA DE GIL VICENTE

Esperança Cardeira
ENTRE O PORTUGUÊS ANTIGO E O PORTUGUÊS CLÁSSICO

Titulo: Entre o Português Antigo
e o Português Clássico

Autor: Esperança Cardeira

Edição: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Concepção gráfica: Departamento Editorial da INCM

Capa: Luís Moreira

Tiragem: 800 exemplares

Data de impressão: Outubro de 2005

ISBN: 972-27-1425-2

Depósito legal: 231 647/05

Assim como em todas cousas humanas há contínua mudança e alteração, assim é também nas linguagens. E, o que parecia incrível, também isto está sujeito ao arbítrio da fortuna: porque assim como os vencedores das terras e províncias lhes dão leis em que vivam, assim lhes dão língua que falem.

NUNES DE LIAO, *Origem da Língua Portuguesa*.

I

O PORTUGUÊS MÉDIO: ENQUADRAMENTO

QUADRO HISTÓRICO

Herdado um País, inventou-se Nação e
concebeu-se uma Pátria.

ARMINDO DE SOUSA 1993: 386.

O cenário histórico onde se colocam os documentos que irão aqui funcionar como objecto de pesquisa é a primeira metade do século xv. Uma contextualização fundamentada dessa documentação no seu ambiente histórico seria desejável, mas implicaria uma ampla discussão de argumentos e investigações historiográficas que não cabe no âmbito deste trabalho. Optei, assim, por traçar um quadro que resulta brevíssimo mas confortavelmente alicerçado em duas ou três obras recentes que reúnem estudos de diversos historiadores.

Da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso (1993) extraí as datas do que me parecem ser os acontecimentos históricos mais relevantes deste período: o tratado de paz com Castela em 1411, a conquista de Ceuta em 1415, a descoberta da ilha do Porto Santo em 1418, a passagem do Cabo Bojador em 1434 e a batalha de Alfarrobeira em 1449.

O tratado de paz com Castela põe termo a um longo período conturbado, simbolizado, no imaginário português, pela batalha de Aljubarrota. Uma crise dinástica aliada à crise económica e ao crescimento da burguesia urbana culmina na consolidação de uma nova monarquia ¹. Quando, em 1383, D. Fer-

¹ Na opinião de António Sérgio, a batalha de Aljubarrota assinala a queda da cavalaria medieval na Península Ibérica e, em Portugal, a vitória da classe que havia de inspirar os Descobrimentos: «em Aljubarrota, mais que o embate de duas nações, há o choque de duas políticas e de duas classes» (Sérgio 1972: 33).

nando morre sem deixar sucessor, a aclamação de sua filha D. Beatriz, casada com o rei de Castela, provoca motins populares:

Em 1383 [...] o Poder caíu na rua. Pela primeira vez os grupos urbanos tinham um papel político determinante na condução dos acontecimentos não apenas como carne de espada e lança mas como protagonista dos eventos políticos (Coelho 1995: 168).

Apoiado pelo povo e pela burguesia aliada aos mesteirais, o Mestre de Aviz defende Lisboa e é aclamado rei nas cortes de Coimbra, em 1385. Com a revolução triunfa a burguesia:

Os burgueses formaram verdadeiramente uma «classe». A única de âmbito nacional nos séculos XIV e XV. Porque assim foi, não estranhemos que tenham sido eles os reais catalisadores de sentimentos também nacionais — esses que cristalizam em «patriotismo» (Sousa 1993: 475).

A classe vencedora impõe então a reconstrução dos antigos quadros sociais, mas agora em proveito de burgueses e escudeiros, que vão preencher as vagas deixadas pela antiga nobreza derrotada². A estrutura social não será exactamente subvertida, mas haverá renovação dos quadros dirigentes e considerável aumento da força política das classes populares. À renovação da sociedade corresponde uma mudança na fixação da área geográfica em que se localiza o centro de poder e decisão do país. A antiga nobreza, que tomara voz por Castela e saíra derrotada deste confronto, concentrava-se tradicionalmente nas regiões de Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes; na crise de 1383-1385 é no sul do reino que se constitui o partido vencedor: «Em termos geográficos, o Portugal revoltado abarcava quase todo o Sul, de Lisboa para baixo, e grande parte da Beira e da Estremadura [...]» (Marques 1987: 525). A situação geográfica de Lisboa — ponto de união entre o norte e o sul — propiciara o florescimento da cidade que se tornou capital do reino ainda no tempo de Afonso III. Mas foi na conjuntura histórica da revolução

² Diz Borges Coelho (1995: 168): «Nunca tanto a propriedade mudou de mãos depois da Reconquista como na revolução, iniciada em Lisboa no final de 1383.» E Oliveira Marques (1985: 228): «A vitória do mestre de Avis significou uma nova dinastia e uma nova classe dirigente.» Essa era também a opinião de António Sérgio (1972: 33): «[...] o que se gerou na revolução de 1383-1385 não foi só uma nova dinastia: foi uma nova proporção de importância entre as classes sociais e entre as actividades económicas, dando como resultado uma nova fase da nossa história [...]».

de 1383-1385 que Lisboa se tornou o centro da luta pela independência e, também, o centro do país.

A partir de 1411, estabelecida a paz com Castela, D. João I e a nova nobreza saída da revolução viram o pensamento para a expansão do território: em 1415 Ceuta é conquistada e a partir dessa data até Alcácer Quibir (1578) a ocupação militar no Norte de África estará sempre no programa político da nobreza.

Em 1418 descobre-se o Porto Santo e em 1425 inicia-se a colonização da Madeira. Na Madeira e nos Açores, descobertos em 1427, desenvolve-se depressa a cana sacarina, bem como o trigo, que compensa em parte a falta nacional. O comércio na costa africana é acompanhado pelo aperfeiçoamento das técnicas da construção naval.

As raízes da expansão marítima devem procurar-se um século atrás, se não antes. As cruzadas, o comércio, o desenvolvimento de técnicas (o leme, a bússola, a cartografia) que proporcionarão o impulso para a conquista do oceano assentam, ao longo da Idade Média, os alicerces da náutica oceânica. A estagnação de uma economia exaurida pela peste, pela guerra dos Cem Anos, pela fome, empurrará a Europa para os descobrimentos e conquistas dos séculos xv e xvi. Em Portugal, D. Dinis lançara já os fundamentos de uma frota naval, composta por galés e destinada à guerra de corso contra a Berbéria.

A depressão económica, a expansão das cidades, conseguida à custa do declínio das zonas rurais, e a carência de rendas para a nobreza, que se vai recolhendo à corte, constituem conjuntura propícia à necessidade de expansão territorial. A nobreza procura novos domínios, os cavaleiros almejam constituir senhorios próprios, os burgueses necessitam desenvolver os circuitos mercantis, o país precisa de ouro, mas também de escravos para mão-de-obra, de matérias para a indústria e, principalmente, de trigo.

A nova dinastia, empenhada em fortalecer o país no contexto peninsular e preocupada com o estigma da ilegitimidade — que virá a compensar por meio de vários casamentos reais — vira-se para o combate aos mouros.

É neste complexo conjunto que se enquadra a primeira fase expansionista, inaugurada com a tomada de Ceuta³. Os que embarcaram em 1415 não

³ A conquista de Ceuta é um dos temas controversos da história portuguesa. Factores económicos (o trigo, o ouro), bem como a pressão social da nobreza, contribuíram certamente para o planeamento desta empresa. Mas o espírito medieval da Reconquista também não lhe seria alheio: a expansão da cristandade ao norte de África estava desde há

podiam saber que Ceuta viria a ser o primeiro passo da expansão portuguesa, mas essa conquista consagra a nova dinastia e D. João acrescenta ao título que usava, «rei de Portugal e do Algarve», o de «senhor de Ceuta».

[...] foi a geração de Aljubarrota que, com os seus filhos, planeou, dirigiu e consumou a conquista de Ceuta que aliviou tensões internas e abriu caminho à diáspora portuguesa que se prolongou até aos nossos dias (Coelho 1995: 191).

Quando D. Duarte sobe ao trono, em 1433, a sua experiência de governação (desde antes da tomada de Ceuta estava associado ao poder, com os pelouros da Justiça e da Fazenda) fazia esperar um bom reinado. Reinado que foi, afinal, curto e marcado pelo desastre de Tânger, mas também pela passagem do Cabo Bojador e pela *Lei Mental*, que procurava garantir o património da Coroa.

Morto D. Duarte, após cinco anos de reinado, o herdeiro do trono, D. Afonso, tinha apenas seis anos. As forças populares, as classes urbanas, pretendiam que a regência fosse exercida pelo infante D. Pedro; os nobres apoiavam a regência da rainha viúva. Nas cortes de Torres Novas o infante D. Henrique apresenta uma proposta, o 'Regimento do Reino de 1438', que será aprovada. O poder passa a ser partilhado pela rainha, por D. Pedro e por umas 'cortes restritas', de celebração anual. D. Pedro acabará por assegurar a regência, com o apoio da burguesia e do povo de Lisboa, mas quando Afonso V assume o poder (1448) os nobres recuperam o domínio da política: D. Pedro é morto em Alfarrobeira (1449) e o novo reinado será marcado por grandes doações aos nobres.

Durante a regência de D. Pedro — de algum modo continuação da revolução de 1383-1385 no sentido em que se a revolução se dirigira contra a antiga nobreza a Regência dificultou o desenvolvimento da nova nobreza — suspende-se a expansão em Marrocos e fomenta-se uma política de alargamento marítimo e comercial⁴. O movimento pendular de predomínio da

séculos no horizonte da Igreja. Por outro lado, o desejo de afirmação da nova dinastia reinante no contexto internacional e, principalmente, perante a hegemonia castelhana, deve ter pesado decisivamente nas opções assumidas por D. João (Farinha 1998: 118-121).

⁴ Enquanto até 1441 se realizam apenas três viagens, desse ano a 1447 efectuam-se vinte, o que leva a crer, na opinião de Vitorino Magalhães Godinho (1962: 141), que a regência de D. Pedro teria sido decisiva para os Descobrimientos, desviando o reino do objectivo norte-africano. Também Baquero Moreno (1978a: 184-5) realça o papel de

nobreza ou da burguesia é aqui bem visível: com D. João declina uma antiga nobreza e ascendem as classes urbanas ao poder; durante o reinado de D. Duarte, uma nova nobreza impõe uma orientação de conquista territorial bélica, que culmina no desastre de Tânger; D. Pedro retoma uma política de expansão marítimo-mercantil, servindo os interesses económicos da burguesia; com D. Afonso V renova-se o esforço guerreiro da conquista e a exploração marítima será relegada para a iniciativa privada.

Se D. Henrique simboliza o impulso inicial dos Descobrimentos, D. Pedro encarna uma política de expansão pacífica: à sua regência se devem o incremento da colonização e exploração dos Açores, o estabelecimento de relações comerciais nas costas da Guiné, e um importante avanço nos descobrimentos geográficos (Godinho 1962: 145).

*

Com o triunfo da revolução dá-se uma reanimação cultural na corte. Em roda de D. João forma-se uma geração de infantes guerreiros e ilustrados, com a austera educação de Filipa de Lencastre. «Raras vezes se viu, em toda a história, tão notável realização de um ideal completo de humanidade», diz António Sérgio (1972: 39), que chama à corte «academia», e a D. Filipa «preceptora». Opinião semelhante é a de Barrilaro Ruas (1995: 12): «Raras vezes, na História de qualquer nação, se terá reunido tão extraordinário friso de personalidades do mesmo sangue na mesma geração.»

Na corte régia, nas cortes senhoriais e mesmo nas residências dos burgueses mais ricos viviam mestres que exerciam funções de aios e professores. No tempo de D. João e de D. Duarte os moços da corte tinham escola própria, com biblioteca, escrivães e letrados ao seu serviço.

Um dos meios importantes de cultura eram as cortes senhoriais e, nomeadamente, a corte régia. Centro de convívio da *élite* cultural do País, a Corte permitia, não só o afinamento do idioma e dos meios de comunicação através das regras de etiqueta e da conversação polida, como também numerosas formas de expressão cultural: produção de livros, «saraus

D. Pedro na política que conduziria aos Descobrimentos: «Apoiando-se num sector restrito da nobreza, que lhe era afecto, e nos habitantes das cidades [...] procurou incrementar uma política de transportes [...] o que naturalmente depararia com a oposição duma forte corrente dentro da nobreza [...] partidária duma política de fixação que se traduziria por uma expansão territorial no Norte de África.»

literários» em que se lia em voz alta e se recitava, desempenho de trovadores e de jograis, sermões bem declamados e burilados, dança e canto, desporto organizado (caça, justas, torneios, etc.) com toda uma teorização subjacente, convívio com estrangeiros, mecenato e acolhimento de autores dos vários géneros, planeamento da guerra e das expedições ultramarinas com o conhecimento científico e técnico inerente e, claro está, toda a estrutura administrativa e burocrática. Algumas cortes senhoriais — quer laicas quer eclesiásticas — podem ter desempenhado papel semelhante, embora em menor escala (Marques 1987: 425-6).

A Universidade não parece, contudo, acompanhar este movimento cultural ⁵. Fundada por D. Dinis em 1290 ⁶, quando já muitos portugueses se tinham distinguido nas Universidades italianas e francesas, teve percurso atribulado. Os privilégios dos escolares provocaram dissensões com os habitantes de Lisboa, o que levou o rei a transferi-la para Coimbra, em 1308, aproveitando para acrescentar ao ensino das Artes (Dialéctica ou Lógica e Gramática), Direitos Canónico (Decreto e Decretais) e Civil (Leis) e Medicina (Física), o da Teologia ⁷. Com D. Afonso IV, em 1338, é a Universidade outra

⁵ Afirma Oliveira Marques (1985: 205): «Durante todo o século xv, escassas foram a influência e a participação efectivas da Universidade na vida cultural do País.»

⁶ Já antes, em 1269, o abade Estêvão Martins tinha criado no Mosteiro de Alcobaça uma Escola de Gramática, Lógica e Teologia, aberta não só aos monges, mas também a leigos, iniciativa que mostra a necessidade crescente que em Portugal se fazia sentir de formação de letrados, e não apenas com vista ao serviço religioso. Aliás, já desde o século xii, cada convento era, na opinião de Oliveira Marques, «uma escola em potência»: pelo menos Coimbra, Braga, Lisboa e Porto, bem como Santa Cruz, Alcobaça e outros conventos possuíam as suas escolas em que se ensinava Gramática (ler e escrever latim) e também — mas não em todas — Dialéctica ou Lógica (regras de lógica consideradas essenciais para uma boa ordenação das frases). Depois de frequentar uma destas escolas, o estudante, sabendo já ler e escrever, estava habilitado a frequentar a Universidade (Marques 1971: 173-6).

⁷ Os estudos de Teologia far-se-iam, provavelmente, nos conventos, à margem da Universidade. É o que faz crer a contradição entre as bulas papais de 1290 e 1380, que excluem expressamente a Teologia, e as referências ao seu ensino no regimento dado por D. Dinis em 1309. Oliveira Marques (1971: 178) afirma que só a partir de meados do século xv se passou a estudar teologia na universidade portuguesa mas que esses estudos se faziam, até então, em várias escolas conventuais, nomeadamente de dominicanos e franciscanos. Em carta de doação de 1431, D. Henrique refere as «sciências» que se lêem na Universidade: «as sete artes libaraaes» (gramática, lógica, retórica, «arismetica», música, geometria e astrologia), medicina, «sancta theologia», decretais, leis e «philosofia naturall e morall» (Madahil 1940: 241).

vez transferida para Lisboa, entendida como fulcro do país, por aí se sediar a Corte. Mas em 1354 volta a Universidade para Coimbra, em resultado dos privilégios concedidos pelo Papa. Poucos anos passados, em 1377, D. Fernando volta a transferi-la para Lisboa, alegando ser aí que querem residir os lentes estrangeiros. Em 1384 D. João I decreta que a Universidade ficará para sempre em Lisboa; e assim será, mas só até 1537, quando D. João III a mudará novamente para Coimbra.

Se a cada transferência correspondeu uma reforma, estas não foram suficientes para captar os estudantes ⁸: quando o regente D. Pedro, em 1443, manda fundar uma segunda Universidade em Coimbra, que não chegará, aliás, a funcionar, justifica a medida com o facto de muitos portugueses irem estudar no estrangeiro. A preocupação de D. Pedro era já bem patente na carta que escreveu de Bruges a D. Duarte, em 1428, aconselhando certas reformas na Universidade: «a mym parece que a vnjuersidade da uosa terra deuja ser emendada» (Dias 1982: 29). Também D. Henrique se preocupa com a Universidade, colocando-a em casa própria em 1431 e deixando-lhe um legado para manutenção de uma das cátedras de Teologia ⁹.

A Universidade — e a actividade intelectual — estava, portanto, ligada ao poder real, apesar de depender de rendimentos eclesiásticos ¹⁰. Mas tam-

⁸ Oliveira Marques (1971: 178) calcula em cerca de uma centena os alunos da universidade portuguesa no período medieval; esse número, meramente hipotético, é imaginado com base no total conhecido de mestres: cinco nos princípios do século XIV e catorze no começo do XV.

⁹ Em 1443, sendo D. Henrique protector da Universidade de Lisboa, envia uma carta em que impõe, entre outras normas, descontos por faltas nos vencimentos dos professores: «Outrosi a mjm foi. Ditõ. que alguũs leemtes. erram alguũs Dias que nõ leẽ. ssuas liçoões e nom lhes he Descomtado. Porẽ. Mamdo que se tenha esta. maneira. que cada sabado Vaa. o bedel. per todallas scollas sallariadas E saiba. per Juramento quamtas liçoões erraram aquella. somana. E asemte as em seu liuro e de as em rool. ao Reçebedor. pera lho descomtar.» (Madahil 1940: 213). Estas disposições mostram bem não apenas o interesse de D. Henrique pela Universidade mas, ainda, o papel efectivo que o rei — ou os seus representantes — desempenhava no funcionamento da instituição.

¹⁰ A Universidade era custeada por rendas eclesiásticas de igrejas e mosteiros que pertenciam ao padroado real ou seja, estava subordinada não apenas à Igreja, mas principalmente ao rei. Esta subordinação está bem patente na existência de um funcionário de nomeação régia a quem competia, segundo o regimento de 1309, julgar os litígios relativos aos estudantes, defender os privilégios da Universidade e manter o rei ao corrente do funcionamento da instituição. O alvará de 1378 mostra que também ao rei competia a nomeação de professores, sob proposta da Universidade.

bém os burgueses estudavam e, apesar de o *Estudo Geral* visar principalmente a formação de clérigos, muitos leigos o frequentaram. Havia classes de estudantes ricos, mas também de pobres ¹¹.

O livro tinha uma produção difícil: faltava o material de suporte, a escrita exigia muito tempo de trabalho laborioso. A imprensa, nascida na Alemanha em 1440, só chegará a Portugal nos finais do século. Caro e raro, o livro era peça de luxo ¹². Uma grande biblioteca albergaria uma poucas dezenas ou centenas de livros: a biblioteca do mosteiro de Alcobaça, a maior do reino, teria uns quinhentos livros ¹³ e a de Santa Cruz de Coimbra ainda menos. A de D. Duarte contava pouco mais de oitenta volumes ¹⁴ e, a julgar pelo Catálogo dos seus Livros de uso, da Cartuxa de Évora (*Livro da Cartuxa*, fol. 212v-215v), incluía Aristóteles, Valério Máximo, Séneca, Cícero, Vegécio, Tito Lívio, Júlio César, mas também as obras dos Santos Padres, ao lado de textos como o *Livro de Tristão*, *Merlin*, o *Livro de Galaaz*, ou o *Livro das Trovas do Rei D. Dinis* e

¹¹ Apesar de a percentagem de candidatos a clérigos ser grande, a Universidade era frequentada por gente de todas as classes e de todas as idades. Diz Oliveira Marques (1971: 176) que «[...] nos anos passados em Lisboa ou Coimbra, havia o escolar de viver dos seus rendimentos ou mais pobremente, pedindo esmola, o que não constituía raridade». No seu testamento de 1447, o Dr. Diogo Afonso de Mangancha institui um Colégio para estudantes pobres, continuando uma tradição iniciada quase dois séculos antes pelo bispo de Lisboa, D. Domingos Jardo, que fundou um «hospital» que albergava estudantes, fornecendo-lhes também alimentação e vestuário.

¹² «O livro avizinhava-se assim do painel, da tapeçaria historiada, do objecto de ourivesaria, do manto de arminhos ou da relíquia.» (Marques 1971: 181.)

¹³ Oliveira Marques (1985: 203-4) considera que «a segunda metade do século XIV e a maior parte do século XV foram pobres, tanto em poesia como em prosa» e fundamenta essa afirmação mostrando o declínio da produção alcobacense: «Dos 330 códices medievais pertencentes à biblioteca do mosteiro de Alcobaça [...] 26 produziram-se no século XII, cerca de 228 no século XIII e começos do XIV, enquanto apenas 40 datam dos finais deste último e só 36 se atribuem ao século XV, antes de 1475.» Aires Nascimento (1993, s. v. *Alcobaça*) atribui cerca de 185 códices alcobacenses ao período compreendido entre 1150 e 1300; embora confirme que, do total de 350 alcobacenses anteriores ao século XVI, o maior número se situa no século XIII, reduz a produção desse século a cerca de 150 códices.

¹⁴ Da biblioteca particular de D. Duarte conhece-se o catálogo; o mesmo não acontece em relação aos infantes mas é provável que, tal como o rei, também os irmãos fossem colecionadores de livros (Saraiva 1995: 218). É significativo que tanto D. João I como os seus filhos possuíssem as suas bibliotecas particulares. Também o Condestável D. Pedro, filho do Duque de Coimbra, teria uns 96 ou 97 volumes, redigidos em latim, português, catalão, francês e também em «vulgar toscha» (Vasconcelos 1922: 121-143; Dias 1976: 18-19). E D. Afonso V será o primeiro rei a organizar uma livraria real e uma oficina de manuscritos (Saraiva 1995: 218).